



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião ordinária de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que discorrerá sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a exposição, só podendo ser aparteado se o permitir.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo a V.Exas. que, a partir deste momento, a lista de inscrição para o debate está aberta e proponho aos colegas Parlamentares que definamos um prazo para as inscrições, tal como vem sendo a prática nas últimas audiências públicas.

Ao Sr. Ministro quero dizer que esta Comissão esteve reunida até 20 minutos atrás. Alguns Parlamentares foram ao plenário, mas, como já expedimos aviso em ambas as Casas sobre o início desta audiência, em breve deverão estar de volta.

Com a palavra o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Bernardo, Sras. e Srs. Parlamentares, vim aqui para explicar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentada pelo Executivo a esta Casa.

O objetivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, naturalmente, é orientar a elaboração do Orçamento fiscal de 2005 e estabelecer estreita relação entre o Plano Plurianual, de longo prazo, e o Orçamento de 2005.

Infelizmente, o Plano Plurianual ainda se encontra em votação nesta Casa, mas acredito que em breve será aprovado. Teremos, então, o conjunto de projetos e obras que apontam para um programa de desenvolvimento de longo prazo.

O objetivo do Plano Plurianual, assim como será o do orçamento-programa de 2005, a ser aprovado e orientado pela LDO, é promover o crescimento sustentado, com distribuição de renda no País. Esse é o objetivo fundamental do Orçamento de 2005, e é nessa direção que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve orientar.

Os técnicos estão tendo alguma dificuldade para ativar a apresentação com o PowerPoint, que trouxe para facilitar a compreensão de minha exposição.

Vou iniciar com a apresentação dos principais parâmetros macroeconômicos da LDO.

(Segue-se exibição de imagens.)

O parâmetro fundamental da Lei de Diretrizes Orçamentárias é a meta de crescimento econômico estabelecida para os próximos 3 anos. Mais do que uma simples previsão de crescimento, a LDO constitui compromisso do Governo de promover crescimento de determinada ordem.

A primeira linha que vemos apresenta as metas de crescimento estabelecidas pelo Governo. Do meu ponto de vista, trata-se do crescimento mínimo — acho que o Brasil tem condições de crescer mais, e faremos todo o possível para que isso aconteça. De qualquer modo, é melhor ser modesto na previsão e errar para menos do que para mais, evitando dever explicações no futuro.

O crescimento de 2004 deverá ser da ordem de 3,5%, e nossa previsão é alcançarmos 4% de crescimento em 2005, 4,5% em 2006 e 5% em 2007.

Para que o investimento necessário seja viável e o crescimento se realize, é preciso que a taxa de juros continue sendo reduzida. E aí temos a previsão para a média anual da taxa de juros real em 2005 de 6,85%, o que representa redução real significativa em relação ao ano de 2004. A previsão é de que a taxa continue sendo reduzida em 2006 e também em 2007.



É claro que não é fácil acertar a taxa de juros real que o Brasil vai poder praticar, porque o que vale não é o desejo do Governo, ou seja, reduzir o máximo possível a taxa de juros real do País. Será preciso verificar na ocasião as circunstâncias e possibilidades concretas que teremos pela frente. De qualquer forma, já se está concretizando a trajetória descendente de nossa taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Sr. Ministro, permita-me interrompê-lo para comunicar que acabo de ser informado de que o Senador Garibaldi Alves Filho será o Relator da LDO. Diante disso, convido o nobre Senador a participar da Mesa.

Devolvo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Como eu dizia, a taxa de juros já está em trajetória descendente e assim deverá continuar até que consigamos atingir taxa de juros parecida com a de países emergentes em condições semelhantes às do Brasil. Acredito que isso signifique uma taxa real de juros em torno de 3% ou 3,5% — uma meta para o futuro. A taxa nominal, que equivale à taxa SELIC, está colocada: 11,79%; 10,40% e 9,19% — também aqui há redução. Para saber qual é a inflação implícita, basta calcular a diferença entre a taxa de juros real e a taxa de juros nominal.

Relativamente ao câmbio, temos aqui apenas uma previsão para o final do ano. Como temos no Brasil o câmbio flutuante, ele pode não resultar no parâmetro aí colocado, mas tudo indica que ficará próximo dele.

Na próxima lâmina, temos a meta de superávit primário do setor público. A meta de superávit primário não é mera estimativa ou projeção do Governo do que poderá ser atingido ou não. A meta de superávit primário é compromisso assumido pelo Governo, que se obrigará a cumpri-lo. A meta para o período em pauta é de 4,25%, e seu objetivo é permitir a redução da dívida líquida do setor público, que vemos na linha seguinte.

O Brasil atingiu expressivo volume de dívida pública, e queremos trazê-lo para patamar mais baixo, portanto, mais facilmente administrável — os números estão na outra linha.

Sabemos que, de tempos em tempos, descobrem-se no Brasil esqueletos que ameaçam a execução orçamentária — o último foi o da Previdência, que V.Exas. conhecem, mas, com o passar do tempo, podem aparecer outros. Então, para uma boa previsão orçamentária, é preciso também contemplar a possibilidade de surgirem esqueletos, que deverão ser absorvidos pela dívida pública. Trata-se, claro, de mera projeção, pois estão em jogo ações judiciais e outros fatores que fogem ao nosso controle.

Finalmente, a última linha apresenta a dívida líquida, com o reconhecimento dos esqueletos.

Na lâmina seguinte, nossa estratégia econômica básica: manter um superávit primário de 4,25%.

Naturalmente não é confortável para o Governo manter uma taxa de superávit primário elevada. Isso significa reduzir nossas possibilidades de investimentos e gastos, significa frustrar expectativas, reduzir a ação do Estado. Infelizmente, trata-se de uma necessidade, tendo em vista o quadro orçamentário no qual nos encontramos.

Manter o superávit primário em 4,25% é um meio para garantir o crescimento, uma vez que é com esse superávit que poderemos garantir a sustentabilidade da dívida brasileira. Sem garantir a sustentabilidade da dívida, não há confiança suficiente para atrair investimentos, para estimular investidores; o Brasil fica sob a suspeita de que não terá condições de fazer o pagamento da dívida. Nesse sentido, o *spread* exigido pelos aplicadores é mais alto; sem *spread* elevado não há como fazer captações ou rolar a dívida. Quanto maior a suspeita, quanto menor a sustentabilidade da dívida, maior a taxa de juros que temos de pagar, e a taxa de juros elevada prejudica o crescimento econômico como um todo.

Nesse sentido, temos de fazer um esforço para garantir a sustentabilidade da dívida, ou seja, garantir que ela seja solvável. Mesmo que não seja necessário pagar a dívida, mesmo que ela seja rolada, há que se garantir que ela seja sustentável para assegurar a redução dos riscos de se investir no Brasil e a confiança externa. A partir disso, será possível realizar uma redução mais rápida da taxa de juros. Essa é a estratégia básica.

Nosso grande objetivo, portanto, é criar condições para que haja rápida redução da taxa de juros, maneira pela qual o investimento produtivo retorna ao País e se chega ao crescimento sustentável.



Infelizmente, o Brasil acumulou dívida elevada e — mais do que isso — cultivou, nos últimos anos, vulnerabilidade externa ameaçadora. Digo que cultivou, sim, porque, no Governo passado, membros expressivos da equipe econômica disseram textualmente que déficits de transações correntes eram uma coisa boa. Então, o Governo anterior cultivou déficits de transações correntes e chegou a um déficit acumulado de transações correntes de 180 bilhões de dólares, hoje incorporado à dívida, que tem de ser administrado.

Foi em função do acúmulo da dívida e do aumento da vulnerabilidade que o Brasil sofreu o impacto de todas as crises externas — V.Exas. estão lembrados de que, não faz muito tempo, crises internacionais como a do México, a da Ásia, a da Rússia e a da Argentina, entre outras, afetaram o Brasil. Aliás, todas as turbulências externas atingiram o Brasil, e de maneira considerável, causando impacto maior aqui do que em países menos vulneráveis e com menores dívidas acumuladas.

Só para ilustrar a V.Exas. a trajetória da dívida brasileira, faço um pequeno histórico.

No início dos anos 90, a dívida estava em torno de 40% do PIB. Caiu até cerca de 29% do PIB no início de 1995 e, depois, percorreu trajetória ascendente até o ano de 2003, quando se estabilizou. Estamos agora, portanto, em processo de estabilização da dívida, iniciando uma descida para patamar mais administrável.

Vejam, então, o quadro de endividamento do Brasil.

Na planilha seguinte, podemos observar que esse endividamento se deu apesar do aumento dos tributos. A linha verde representa a escalada tributária no Brasil: o Governo cobrou mais impostos e, mesmo assim, não conseguiu pagar a dívida ou mesmo impedi-la de crescer — sem falar das privatizações realizadas no período, também com o objetivo de diminuir a dívida.

Na planilha seguinte, podemos ver o que aconteceu nas contas externas e que ocasionou a vulnerabilidade externa do País. O gráfico azul demonstra o déficit de transações correntes: permanecemos com déficit de 1995 até 2002 e, em 2003, tivemos o primeiro saldo positivo. Estamos falando dos tais 186 bilhões de dólares acumulados no período. Saímos do vermelho — infelizmente puseram a cor errada: em vez de azul, deveria ser vermelha na parte de baixo —, azul apenas no trecho em que sai do zero e caminha para o superávit.

Bem, mas isso é o passado.

A planilha seguinte mostra a estratégia econômica que estamos colocando em prática: promover crescimento sem endividamento. A tentativa de crescimento — o Brasil cresceu pouco no período anterior — se deu às custas de endividamento, aumento da vulnerabilidade e juros altos. Nossa estratégia econômica é de que o crescimento se dê pela redução do endividamento, resultando em crescimento sustentável — queremos um crescimento duradouro e sustentável. Para que isso aconteça, é preciso crescer e, ao mesmo tempo, diminuir o endividamento e a vulnerabilidade externa, de modo que sejamos menos sensíveis às turbulências internacionais.

De maneira simples, essa é nossa estratégia.

Temos de manter o superávit primário para garantir que a dívida que se avolumou seja pagável, solvável. Temos de trabalhar no sentido de aumentar o volume de comércio internacional do País, de modo a alcançarmos saldo positivo na balança comercial e gerarmos moeda forte. O Brasil tem estado dependente e vulnerável porque necessita de moeda forte para fechar as contas — a cada ano são necessários 30, 40, 50 bilhões de dólares para fechar as contas —, o que nos deixa vulneráveis aos credores: se nos dão recursos, roamos a dívida; caso contrário, não roamos a dívida. Ficamos reféns da situação.

Produzir superávit comercial gera moeda forte, que é nossa, resultado de nosso trabalho e habilidade, e que, por sua vez, gera mais empregos e produção no País, dando-nos condições de saudar a dívida.

Portanto, com esta nova estratégia, além de reduzir o endividamento e a vulnerabilidade, que são pontos fundamentais, o Estado volta a ser indutor de desenvolvimento nacional e regional, isto é, passa a ser mais ativo do que passivo — desenvolvimento sobretudo regional, que não se dá sem a atuação direta do Estado, como está muito bem expresso no Plano Plurianual, em cuja direção a Lei de Diretrizes Orçamentárias vai se encaminhar.



Cabe ao Estado fomentar e realizar, diretamente, o aumento dos investimentos em infra-estrutura, sem a qual o desenvolvimento não poderá ser duradouro e sustentável. Cabe ao Estado também implementar política industrial e tecnológica tal como a que foi recentemente apresentada à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional. E cabe ao Estado praticar as políticas agrária e agrícola. Esses são setores fundamentais tanto para reduzir a vulnerabilidade externa quanto para dar mais emprego a um segmento importante de brasileiros. Também cabe ao Estado criar condições para a redução dos juros e a elevação do crédito, com o fim de fomentar o crescimento sustentável.

O caminho que está sendo trilhado de redução da vulnerabilidade externa pode ser visto neste gráfico: as exportações brasileiras cresceram e se direcionam para o patamar dos 80 bilhões de dólares. Ainda neste Governo, queremos ultrapassar a marca dos 100 bilhões. É possível. O Brasil tem condições para isso, é competitivo. Temos potencial para atingir os 100 bilhões de dólares e para manter um saldo comercial positivo ao longo do tempo.

Na mesma linha da redução da vulnerabilidade externa está a redução da relação juros pagos ao exterior sobre exportações, que caiu para um patamar de 20,3, depois de ter chegado a 36,4.

Também é muito importante a relação dívida externa líquida sobre exportações. Esse indicador é levado em muita consideração pelos analistas internacionais. Chegamos a ter um multiplicador de cinco, ou seja, a dívida externa representava 500% das exportações, cinco vezes as exportações brasileiras. O ideal é que a dívida externa represente menos de 2% das exportações. Já estamos em 2,2%, portanto, caminhando para um indicador satisfatório, outro importante indicador de vulnerabilidade. Quanto menor essa relação, menor a vulnerabilidade do país.

Em função desse novo quadro de menos endividamento e menos vulnerabilidade, temos a Taxa SELIC caminhando para patamares mais baixos. Essa estratégia macroeconômica iniciou-se em 2003, e eu diria que foi bem sucedida, porque tirou o País do círculo vicioso em que se encontrava: dívida pública elevada e déficit em conta corrente, tudo isso redundando em juros altos e crescimento baixo. Estamos quebrando esse círculo vicioso, que causava baixa confiança no País e inflação elevada.

O ano de 2003 foi o ano da transição. Conseguimos recolocar o País na rota do crescimento, reduzindo a vulnerabilidade às turbulências. É claro que ainda há muito por fazer, mas já podemos notar, pela reação do Brasil aos últimos acontecimentos, que estamos hoje em melhores condições de enfrentar a turbulência do que estivemos no passado. Se projetássemos esse contexto para o ano 2000 ou 2001, eu diria que a nossa situação seria pior.

Podemos detectar que o crescimento já começou. O ano passado foi um ano de ajuste. O primeiro semestre foi sacrificado em função das políticas praticadas e da crise que teve de ser digerida; mas no segundo semestre, conforme os senhores podem ver, o PIB, a preços de mercado, reagiu. Se analisarmos o segundo semestre do ano passado, perceberemos que já estamos em rota de crescimento.

Vamos examinar os dados de 2004 referentes à produção industrial. Esta pesquisa divide o Brasil em 14 regiões. Dos 14 locais pesquisados, 12 estão em fase de crescimento, e a média de crescimento trimestral foi de 5,8%.

Conforme podemos ver no quadro seguinte, dividido por setores de atividade, o item bens de capital registrou crescimento em março, comparado a fevereiro.

Vejam a primeira linha: 1,9. E o crescimento é ainda mais expressivo se compararmos março de 2004 com março de 2003: 36% de crescimento. Acumulado no ano: 20,9%.

É importante que haja uma reação do setor de bens de capital, porque ele indica a retomada do investimento, mostra que estão sendo negociadas máquinas e equipamentos no setor metalúrgico. O investimento é a mola mestra do crescimento econômico. Também há uma reação no setor de bens intermediários e de bens de consumo, embora menor que a do setor de bens de capital.

Observem a última linha. O crescimento da indústria em março de 2004, comparado a março de 2003, foi de 11,9%, o que é bastante expressivo.

Outros dados sobre crescimento.

A torre rosa mostra que há uma expectativa de que a demanda continue aumentando.



Esta é uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

Na planilha seguinte, vemos o aumento da expectativa de emprego. As empresas estão dispostas a aumentar o nível de emprego.

Finalmente, uma rápida comparação do nosso cenário atual com o ano 2001, quando nos atingiu a última turbulência internacional importante.

Os senhores estão lembrados de que em 2001 houve aquele problema com empresas americanas que haviam distorcido seus balanços, o que abalou a confiança nos Estados Unidos. Além disso, a crise da Argentina nos atingiu. Foi um momento de turbulência internacional, não sei se de crise. O risco médio de 6 meses naquela época foi de 1.028 pontos, e em 2001 não havia eleição. Alguns dizem que foi a eleição que elevou a turbulência do ano de 2002, mas em 2001 não houve eleição, e sim uma crise de energia, que também atrapalhava. Bem, hoje não temos nenhuma crise de energia, o abastecimento é absolutamente regular. Há reação do País à crise, com o risco médio dos últimos 6 meses em 572 pontos. Portanto, estamos numa posição muito mais confortável do que a de 2001.

Eu poderia citar outros dados, como o superávit comercial, hoje muito maior do que naquela época, o que também demonstra capacidade de pagamentos. Há mais indicadores que nos colocam numa situação mais confortável em relação a crises externas.

Para finalizar, eu diria que a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias que estamos apresentando ao Congresso é uma reafirmação da estratégia que apresentei rapidamente aos senhores. Os projetos priorizados por essa lei caminham para viabilizar a estratégia que nos permitirá um crescimento sustentável, com redução da vulnerabilidade da nossa dívida e, gradualmente, também da taxa de juros.

Em linhas gerais, são essas as propostas embutidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Ministro. A Mesa pretende chamar os Parlamentares em blocos de quatro. Sempre fazemos assim.

Convido o primeiro inscrito, Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*) S.Exa. não está no momento.

Tem a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por sua posse na Presidência da Comissão de Orçamento. Meu cumprimento é extensivo aos demais companheiros da Mesa. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, minhas saudações.

Sr. Ministro, consta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 um dispositivo para permitir que o Poder Executivo exija contrapartida no caso de transferência de recursos para entidades filantrópicas, ou seja, entidades sem fins lucrativos. Como se sabe, muitas dessas entidades são carentes e implementam ações comunitárias suplementares às ações de obrigação governamental. As contrapartidas, no meu entendimento, estão implícitas no serviço por elas prestado. Pergunto a V.Exa. se não é um contra-senso querer que entidades filantrópicas, carentes, assegurem contrapartida financeira para receber subvenção social ou auxílio em prol de atendimento de interesse público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O próximo inscrito é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Ministro, a prestação de contas desta Lei de Diretrizes Orçamentárias mostra uma visão macroeconômica do País. O senhor alega que está refletindo na LDO o otimismo que percebemos na sua explanação e que eu espero possa contagiar outros quando conseguirmos fazer a conexão disso com a realidade brasileira.

Uma das metas mais importantes da LDO — Prioridades e Metas para 2005, Anexo I — diz respeito ao licenciamento ambiental para atividades do setor de energia elétrica e de transportes. Licenças concedidas: 44, durante um ano todo, para investimento na área de energia elétrica e 56 para indústria de petróleo e gás.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Essas são metas para o ano que vem?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Metas e prioridades para 2005. Licenciamento ambiental das atividades do setor de energia elétrica e de transportes. Licenças concedidas, 44. Para a indústria de petróleo e gás, 56. Não consigo entender isso.



Não sei se eu é que não estou entendendo ou se não existe mesmo uma explicação para isso. Mas é evidente que esses números não são razoáveis para a situação em que nos encontramos de necessidade de investimento na área de energia elétrica. Especialmente se tivermos a confirmação do crescimento econômico anunciado, vamos precisar de muito mais investimento.

A questão ambiental é fundamental, e há uma reclamação expressa dos compradores de áreas, tanto na ANEEL quanto na ANP. Eles adquiriram e pagaram licenças para investir no setor, mas não conseguem a licença ambiental. Alguém comprou há 3 anos uma área para exploração, e simplesmente não consegue iniciar seu empreendimento, mesmo estando paga a licença.

Gostaríamos de ouvir o comentário do Ministro sobre essa questão.

A meta Pagamento de Indenização aos Ocupantes de Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos beneficia 100 pessoas. Por que estamos votando na LDO uma ação para 100 pessoas?

Mas há também coisas importantes. O Primeiro Emprego até hoje não andou, mas a expectativa é muito grande. Existem 4 ações diferentes para o Primeiro Emprego: Concessão de Auxílio Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Inseridos no Serviço Voluntário: 56.000; Estímulo Financeiro ao Empregador para Gestão do Primeiro Emprego Destinado a Jovens: 182.000; Qualificação e Assistência Técnica para o Jovem Empreendedor: 31.500; depois, novamente, Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário: 56.001 — nesta, reparem, 1 a mais do que o anterior.

Sr. Ministro, eu não encontrei nas metas a compra dos aviões. Li esta semana nas revistas que há mais alguns Learjets, da Bombardier, sendo comprados para transportar os Ministros, além de 2 EMBRAER-170 para o Presidente viajar dentro do País e 1 Airbus para S.Exa. viajar para fora do País. O senhor me disse, na última audiência, que havia, se não me engano, 9 aviões Brasília sendo comprados também para a frota presidencial.

Reitero ao Governo o pedido de que, em nome da transparência que sempre defendeu, envie um crédito especial para aprovarmos a compra de aviões, que agora são mais de 20. Precisamos saber qual é a vontade do Presidente de adquirir aeronaves e que valor vamos investir nisso. Eu já disse que tenho o compromisso de votar a favor, até porque queremos voar nessas novas aeronaves brevemente — vamos fazer isso depois da eleição de 2006. É, portanto, justo que se apresente o crédito para ser votado nesta Casa. Comprar tantos aviões com o fundo de reequipamento da Aeronáutica não é correto, no meu ponto de vista.

Quanto aos dados macroeconômicos, não vou questioná-los agora, porque eles são muito otimistas. Espero que o PIB real cresça mesmo 4% em 2005, 4,5% em 2006 e 5% em 2007.

O Deputado Delfim Netto publicou hoje na sua coluna do jornal *Valor Econômico* um gráfico que mostra o crescimento dos países, das exportações principalmente. A média de crescimento dos países mencionados é de 6,4%. Se ficarmos abaixo disso, ainda estaremos perdendo espaço para outras economias.

Vi na matéria do Deputado Delfim Netto o crescimento de países como a China, a Coreia e Taiwan. Nós saímos de 27 bilhões em exportações para os comemorados 80 bilhões de hoje. Lá estão registrados 60, porque se considera um ano fechado. Mas outros países, como a China, saíram dos mesmos 27 bilhões — estávamos empatados em 1994 — para 300 bilhões, 250 bilhões, 160 bilhões.

O senhor disse que pretende comemorar até o final deste Governo 100 bilhões em exportações. Essa meta é modesta, relativamente aos demais países que estão disputando o mercado conosco. Eu gostaria de ouvir uma consideração de V.Exa. sobre a relatividade da meta de 100 bilhões até o final do Governo comparada à meta dos países que hoje lideram as exportações especialmente para os Estados Unidos, principal mercado.

Por fim, quero fazer agora uma reclamação paroquial. O Estado do Paraná foi esquecido no seu Corredor MERCOSUL. Estão contemplados na BR-101 um trecho em Santa Catarina e um trecho no Rio Grande do Sul, mas não há nada para o nosso Estado do Paraná. O Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Bernardo, é um paranaense. Vamos ver, Sr. Presidente, se conseguimos aumentar nosso prestígio com o Ministro. Teremos de emendar a LDO para incluir o Paraná nas prioridades deste Governo. O Governador Requião tem sido um grande aliado do Presidente Lula, à exceção das trapalhadas que faz quando



descumpre contratos internacionais, prejudicando a credibilidade do nosso País no exterior, e da má administração do Porto de Paranaguá, que espero possamos resolver com a aprovação de um projeto de decreto legislativo que cancele a delegação que a União deu ao Estado para administrar o porto.

De acordo com as suas metas, Ministro, o Paraná exportou, no primeiro trimestre do ano passado, 600 milhões de toneladas de grãos, e, no primeiro trimestre deste ano, 300 milhões. O Governo tem de mudar aquela gestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Tem a palavra o Deputado Delfim Netto.

O SR. DEPUTADO DELFIM NETTO - Sr. Presidente, como fui honrado com uma citação do ilustre companheiro Deputado Ricardo Barros, eu gostaria de dizer que realmente o fracasso das exportações brasileiras deveu-se à octaetérde fernandista. Começou em 1990, com o Collor. Foi-se destruindo tudo. Congelou-se o câmbio 3 vezes ao longo de 15 anos, e a participação das exportações do Brasil no mercado mundial reduziu-se de 1,5% para 0,9%. Em 2003 — talvez isso nem aconteça por conta do que ocorreu no Governo Lula —, pela primeira vez, houve um aumento de 20%, valor acima do mercado mundial. É este mesmo o caminho. Na minha opinião, os indicadores estão na direção correta. Estamos eliminando a vulnerabilidade que construímos ao longo dos últimos 15 anos, esta é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Ministro Delfim Netto, agradeço a sua brilhante contribuição.

Com a palavra o Deputado José Carlos Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, mesmo sendo eu Deputado de um partido que faz oposição ao Governo, tenho de reconhecer na exposição do Ministro uma qualidade fundamental para o exercício de funções públicas. S.Exa. é um homem otimista, e me pareceu neste momento otimista com relação ao futuro da economia brasileira.

Sr. Ministro, V.Exa. deve ter conhecimento de que as discussões sobre o PPA basicamente se concentraram no superávit. Essa questão foi tão fundamental que a bancada do Governo derrotou parecer de um Senador de sua própria bancada, porque ele resolveu em seu relatório admitir a possibilidade de redução do superávit em 0,5% ao ano. Foi designado outro Relator, e o Governo, de forma equivocada, na minha avaliação, resolveu manter o superávit de 4,25%.

Não sou especialista no assunto, mas, em reuniões da Executiva, temos oportunidade de participar de algumas conversas. Numa dessas reuniões, um colega de V.Exa., o economista Paulo Rabelo de Castro, afirmou com muita propriedade e sabedoria que, ao teimar em manter o superávit de 4,25%, o Governo fez uma péssima opção.

Eu teria várias perguntas a fazer a V.Exa., mas, como o tempo é curto, vou ater-me a uma pergunta com relação à LDO e, se V.Exa. me permitir, a mais duas que não têm a ver com a LDO, são uma curiosidade minha.

Primeira pergunta. A meta de superávit primário do setor público de 4,25% do PIB para 2005, 2006 e 2007 demonstra a manutenção de uma política econômica que até agora só trouxe desemprego, queda do PIB real e estagnação dos investimentos. Se agora sabemos que um superávit primário substancial não diminui o Risco País — os indicadores econômicos já demonstram isso —, não haveria uma política econômica mais criativa para substituir este modelo, que já se exauriu?

Dois meses atrás, o Ministro da Fazenda anunciou em entrevistas um superávit cíclico, diferente do tradicional. Três semanas depois, V.Exa. disse em entrevista que o Governo havia abandonado essa idéia. Fui autor de um requerimento para convidar o Ministro da Fazenda a vir a esta Casa explicar o que é esse superávit cíclico, anticrise, porque eu não o havia compreendido. Mas hoje não sei se faz algum sentido ouvi-lo, porque me parece que a idéia foi abandonada.

Agora as curiosidades. Sr. Ministro, nossa dívida está próxima de 1 trilhão de reais. Com uma taxa de 14%, só em juros são 140 bilhões de reais. Como é que o Governo pretende pagar os juros neste ano de 2004? Como o senhor explicaria isso a um aluno do 2º grau? O Governo Federal vai pagar tanto de juros, parte em moeda e parte com emissão de



novos títulos. Não entendo como a relação dívida/PIB diminuirá se a dívida cresce e o PIB não cresce. Há a possibilidade de a dívida e o PIB crescerem este ano, o que me parece fundamental para darmos ao exterior uma boa impressão da saúde econômica do Brasil. Eu gostaria que V.Exa. explicasse como será tratados a questão dos juros.

A segunda curiosidade, Ministro, o senhor não é obrigado a responder, porque ela não tem nada a ver com a LDO, embora tenha muito a ver com orçamento. Já encerrada a arrecadação do segundo bimestre das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, constata-se um excesso de arrecadação de 2 bilhões a 2,5 bilhões de reais, se comparada a receita com a previsão de receita contida num decreto de contingenciamento, o Decreto nº 5.027. Na reunião passada, nesta mesma Comissão, o senhor afirmou que editaria novo decreto, para restabelecer os empenhos que foram limitados. O senhor ainda pretende fazê-lo? Em caso afirmativo, qual será a prioridade, custeio ou investimento?

Sr. Ministro, permita-me acrescentar uma pergunta eminentemente técnica: por que até a presente data não foi cumprido o determinado no § 2º do art. 112 da LDO de 2004, baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal?

“Art. 112. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2004 deverão estar acompanhados de demonstrativo discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período 2004 a 2006, detalhando a memória de cálculo respectiva.

§ 2º O Poder Executivo atribuirá a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo, no âmbito desse Poder”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Agradeço a V.Exa. a contribuição. Talvez seja bom que V.Exa. envie por escrito a pergunta ao Ministro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, acho que o próximo inscrito sou eu. O Deputado Eduardo Valverde não estava presente quando foi chamado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, fui o primeiro a chegar. Tive de dar uma saída rápida, mas retornei ainda no primeiro bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Eduardo Valverde, o Deputado Pauderney Avelino tem razão. Darei a palavra ao Deputado Pauderney Avelino e inscreverei V.Exa. para falar no segundo bloco.

Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, o deflator implícito do PIB ficou menor do que o IPCA e o IGP-DI. Normalmente, esse deflator ficava situado entre os 2 índices: IPCA, 14,71%; IGP-DI, 22,80%; deflator, 13,37%. Ocorre que o deflator implícito foi para 12,8%. É óbvio então que teremos uma confusão de números no PIB. Até chegarmos ao número desejado, ou ao número exercido, a confusão será grande. Eu gostaria que V.Exa. explicasse essa situação, uma vez que, quando se calculam as despesas de saúde, o desinvestimento e o superávit primário, é preciso sempre levar em conta o valor do PIB.

Eu também gostaria que V.Exa. nos informasse desta outra divergência: se aplicarmos os parâmetros da taxa de juros e crescimento do PIB sobre a relação dívida líquida/PIB de 2004, que é de 56,9%, segundo relatório do Banco Central do Brasil, chegaremos a uma relação menor do que prevê a LDO, de 57,19%. Temos então 2 situações: ou a taxa de juros será maior do que prevê a LDO, ou a dívida líquida será maior do que 56,9%.

Não quero me alongar, Sr. Presidente, mas eu gostaria ainda que o Ministro nos informasse se realmente é desejo do Governo duplicar ou garantir pelo menos aumento real do salário mínimo. Não há previsão na LDO para 2005, e depois só restará 2006. Tenho certeza de que o Presidente da República não duplicará em 2006 o valor do salário mínimo,



porque o impacto no orçamento da Previdência seria muito elevado. Não há a previsão na LDO, e as projeções atuariais do Regime Geral da Previdência Social indicam que o salário mínimo será reajustado somente para recompor o seu poder de compra, sem nenhum ganho real.

Por fim, Sr. Ministro, farei uma pergunta técnica, mas que não tem nada a ver com a LDO, é principalmente política.

O Partido Liberal é da base do Governo, da cúpula do Governo, já que é o partido do Vice-Presidente da República, mas o Presidente do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, disse ainda há pouco que o Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, é o principal sabotador da política econômica do Governo.

A afirmação é pesada. Nenhum Deputado da Oposição ousou dizer isso. Eu gostaria que V.Exa. se posicionasse em relação a essa declaração do Presidente do partido que compôs a chapa do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Pauderney Avelino. Eu achava que essa declaração do Deputado Valdemar Costa Neto era coisa de 20 dias passados. Vai ver estão requeitando a notícia.

Passo a palavra ao Ministro. Já devem ser umas 30 as perguntas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente.

Respondendo ao nobre Deputado Benedito de Lira, eu quero dizer que para o Governo as entidades filantrópicas são importantes. Embora o Governo esteja pondo em prática vários programas de ação social, é preciso contar, diante das carências do País, com a colaboração das entidades filantrópicas. Essas instituições prestam serviços importantes e devem ter seu funcionamento viabilizado. Esse é o ponto de vista do Governo. Naturalmente, para se beneficiarem de isenções fiscais — elas têm uma condição privilegiada —, têm de oferecer uma contrapartida. Há uma demanda dos Ministérios para que essa contrapartida, que em muitos casos é nebulosa, seja explicitada. Não há nenhuma intenção de prejudicar as entidades filantrópicas, nenhuma mudança de filosofia do Governo em relação a esse serviço. As ONGs são importantes não só no Brasil, mas em todo o mundo. O que queremos é normatizar, deixar clara a prestação do serviço. As que estão prestando o serviço têm o benefício assegurado. Não há nenhum desejo do Governo de reduzir essas isenções, apenas queremos que fiquem mais claras as ações comunitárias.

Licenciamento ambiental. É importante que o desenvolvimento do Brasil seja sustentável, o que significa respeito à riqueza natural deste País, maior que a de outros tantos. O desenvolvimento não pode ser predatório. É preciso haver harmonia, equilíbrio entre avanço, desenvolvimento, realização de projetos e preservação ambiental. Mas é claro que não podemos, em nome da preservação ambiental, criar obstáculos para a realização de projetos importantes como a construção de hidrelétricas e de estradas que vão promover o progresso em determinadas regiões. Isso é importante para o Governo e tem de acontecer.

Posso dizer ao Deputado Ricardo, que não nos está ouvindo neste momento, que o Governo se preocupa sim com a viabilização desses projetos. É muito importante para o Governo levar o progresso e o desenvolvimento a todas as regiões do País, e para isso é preciso viabilizar, por exemplo, a construção de estradas como a BR-163, de hidrelétricas como a de Belo Monte e de outros empreendimentos. O Governo quer realizar, mas, é claro, respeitando certas normas ambientais.

É perfeitamente possível alcançar o desenvolvimento sustentável. Não deixaremos a preservação ambiental impedir a construção desses projetos, mas também não vamos descambar para uma ocupação predatória do meio ambiente brasileiro. O equilíbrio é importante. Por exemplo, havia muita resistência das entidades de preservação ambiental à construção da BR-163. Em vez então de construirmos apenas um projeto de pavimentação de estrada, criamos um projeto de desenvolvimento harmônico da região. Faz-se a estrada, mas com a previsão de como se dará a ocupação e a regularização fundiária. Todos ficam felizes e os objetivos são cumpridos.

As metas da LDO referem-se apenas a grandes obras. As pequenas, como trechos de rodovias, não estão aqui. Eu queria explicitar ao Deputado Ricardo que o Governo se preocupa muito com possíveis obstáculos que a questão ambiental pode criar. O Governo quer desenvolver os projetos em harmonia com a preservação ambiental.



Outro ponto. O caso dos quilombo é mera desapropriação rotineira, em volume pequeno. Foi inserida na LDO porque é uma dívida antiga que o País tem com os descendentes de escravos. O volume é pequeno, a representação é simbólica.

Quanto ao Primeiro Emprego, estamos procurando corrigir os obstáculos que impediram que a primeira fase do projeto se desenvolvesse, tais como a rígida legislação. Posso dizer ao Deputado, por exemplo, que a lei impedia a empresa que contratava um jovem trabalhador de demitir naquele período outro funcionário. Essa era uma regra muito rígida, que desestimulava a absorção de trabalhadores. Estamos corrigindo essa rigidez da legislação. Com isso, acreditamos que o projeto funcionará.

Quanto aos aviões, o Executivo já mandou para o Legislativo o crédito suplementar. Não há previsão na LDO porque está em 2004 o recurso para aquisição do avião presidencial e de 7 aviões Brasília usados. Se o senhor tiver a oportunidade de viajar nesses aviões daqui a alguns anos, observará que se trata de aparelhos usados. Infelizmente não são Learjets novos. Se os recursos federais o permitirem, futuramente reequiparemos também as Forças Armadas.

O projeto para reequipar as Forças Armadas é mais ambicioso, porque serão necessários 700 milhões de dólares para comprar 12 aviões caça. Infelizmente, o Governo se debate com dificuldades orçamentárias, por isso ainda não está aprovado o projeto, embora o pagamento não seja imediato, só incida nas contas públicas nos próximos anos. Se for possível, faremos isso também. Acho importante que as Forças Armadas estejam adequadamente equipadas.

O Deputado Delfim Netto já fez uma análise do crescimento mundial, com seu usual brilhantismo. Eu apenas queria acrescentar que de fato o crescimento mundial, em média de 6,9%, é puxado principalmente por alguns países asiáticos, como China, Coréia, etc., que têm realidades diferentes da do Brasil. Infelizmente, há duas décadas, o Brasil vem se arrastando com uma taxa de crescimento bastante modesta, insuficiente. Queremos fazer uma mudança considerável nesse campo, criar condições para que o Brasil também tenha taxas de crescimento asiáticas.

As exportações brasileiras, conforme disse muito bem o Deputado Delfim Netto, ficaram estagnadas durante muito tempo. Tivemos déficit comercial. Nossas exportações cresceram, na década passada, muito menos do que a média mundial, em torno de 10%. Ficamos para trás, diminuimos nossa participação no mercado. Neste Governo, houve uma virada importante.

Sejamos, no entanto, justos. O Governo passado, no apagar das luzes, acordou, mas já acordou tarde — não me estou referindo à crise de 2001. Estamos implantando uma política decisiva de fomento do comércio exterior brasileiro. O Deputado Delfim Netto fez isso quando foi Ministro. As exportações cresciam 25% ao ano. O Brasil pode fazer isso.

Quanto à BR-101, Deputado, a intenção do Governo é que esse Corredor do MERCOSUL esteja todo em atividade. Começamos pela Fernão Dias, a BR-381. Falta pouco para terminar a obra. A conclusão está prevista para este ano. Estamos alocando recursos com esse objetivo. Entre São Paulo e Curitiba, falta terminar pequenos trechos. Também há recursos previstos para isso. Ficar pendente a Serra do Cafezal, porque ela entrará no contrato de concessão. A idéia do Governo é fazer uma concessão e exigir da concessionária um investimento de cerca de 300 milhões para terminar a rodovia. Portanto, o trecho São Paulo—Paraná estará completado. Faltarão alguns trechos entre Paraná e Santa Catarina. Finalmente, no trecho Florianópolis—Osório será iniciada uma obra de grande vulto, já com recursos orçamentários definidos. O Governo está alocando recursos para esse corredor que beneficia também o Paraná. O Presidente da Comissão já esteve várias vezes no Ministério para colocar mais “combustível” na obra.

O Deputado Machado disse que eu fiz uma exposição otimista. Não sei se é otimista, Deputado, mas tenho certeza de que é realista. Apresentei dados que confirmam a recuperação da economia brasileira. A retomada do crescimento já é uma realidade. Começou no segundo semestre do ano passado, seguindo a cronologia estabelecida pelo Governo.

Estamos dentro do cronograma. Acho que um crescimento de 3,5% é perfeitamente factível para este ano. Tenho a impressão de que ele será alcançado. Os 4% para o ano que vem também são perfeitamente alcançáveis, conforme está na LDO. Eu seria otimista se



tivesse previsto um crescimento de 6%, ou 7%. Isso sim seria muito otimismo. O Brasil tem potencial para um crescimento da magnitude do que estamos apontando.

Eu necessitaria de muito tempo para analisar as diversas componentes do crescimento do Brasil: nosso potencial no setor agrícola, industrial, de serviços, o que pode ser feito para aumentar o crédito, etc. Isso fica para um próximo convite que eu receber desta Comissão.

Como eu disse no início da minha explanação, a meta de superávit primário é dolorosa mas necessária, dados os problemas que se acumularam. Se o Brasil não garantir a sustentabilidade da dívida, a confiança não se firma e a suspeita de que o Brasil poderá não cumprir seus compromissos será grande. Ficaríamos aprisionados num Risco País elevado, e aí não se faz nem uma coisa nem outra: não se cumpre um superávit primário maior, não retorna a confiança, há pouco acesso aos capitais e acaba-se operando com uma taxa de juros maior, porque a taxa de juros, entre outras coisas, serve para atrair capital; de certa forma, é o *spread* que se paga por dar mais ou menos segurança. Eu diria que a meta de superávit primário de 4,25% é condição para um crescimento maior e para uma redução mais rápida da taxa de juros.

Tentei, mas talvez não tenha sido feliz na minha explanação, mostrar que de fato o modelo anterior se exauriu, por isso modificamos a estratégia econômica, com base em parâmetros diferentes daqueles do Governo anterior, que promovia o crescimento com endividamento e aumento da vulnerabilidade — aliás, tentava fazer isso.

Mostrei dados, que são mais eloquentes do que palavras. O Governo anterior ficou prisioneiro de juros altíssimos, para não quebrar o País. Estamos caminhando para uma direção oposta, não só na questão macroeconômica, como também na questão do papel do Estado. Aquele neoliberalismo do passado não existe mais. O Estado faz planejamento, pratica política econômica, tem uma atuação importante na economia. Temos hoje uma política industrial, depois de muito tempo sem; temos uma política agrícola; uma política de comércio exterior com forte presença do Estado. Houve, portanto, uma mudança na estratégia econômica, e não a continuidade da anterior. Mas isso ficará mais claro à medida que este modelo for sendo implantado. Num primeiro momento, pode parecer igual, mas ele não leva à estagnação. É essa a estratégia que nos tirará da estagnação e nos permitirá o crescimento sustentável. Os indicadores de crescimento estão aí, para quem os quiser ver.

O senhor perguntou também sobre a dinâmica da dívida. Tentarei explicar. De fato o Brasil tem uma dívida de 1 trilhão de reais, dividida entre União, Estados e Municípios. Essa é a dívida bruta, a líquida é menor, de 680 bilhões. Parte dessa dívida não paga a SELIC, porque é dívida externa, portanto paga juros muito menores, em torno de 8%, mais ou menos metade da SELIC. A composição de juros não é essa, não basta multiplicar a SELIC por 1 trilhão. Ela incide sobre cerca de 49% da dívida.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não. Ano passado, foram 145 bilhões. Eu diria que este ano será algo em torno de 90 ou 95 bilhões. A queda é vertiginosa. No próximo ano, eu diria que o superávit primário já empatará com a dívida, se não for maior do que ela.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não. Uma parte se paga com superávit, outra parte se rola com títulos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - *(Ininteligível.)*... do Secretário do Tesouro. Ele disse que com superávit não se pagam juros. É uma curiosidade, Sr. Ministro. Imaginemos que o Governo Federal vá pagar 90 bilhões de juros. De forma clara, eu gostaria que o senhor me dissesse quanto vamos pagar com moeda e quanto com emissão de novos títulos.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É exatamente isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - Mas quanto e quanto? Metade e metade?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Em geral se quita. Se o superávit é de mais ou menos 70 bilhões, paga-se com o que tem disponível. Se se tem uma dívida de 90 bilhões... Não há só os juros, há também o vencimento ao longo do ano.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - Juros e o serviço da dívida.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Há a rolagem da dívida e os juros. Se vence um papel, coloca-se um novo papel no mercado e paga-se uma parte dos juros. O superávit primário serve para quitar parte dessas despesas financeiras. O restante fica para novos títulos. Há uma rolagem permanente de papéis que vencem todo ano. É complicado mesmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - É complicada e difícil a sua missão, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É difícil. Se se analisar o Orçamento, verificar-se-á que ele tem um valor bruto que inclui toda a rolagem. Cada vez que o papel entra, é contabilizado; quando sai, é contabilizado de novo. No mesmo ano, ele pode entrar duas ou três vezes. A contabilidade é complexa mesmo, mas o que interessa é que, a partir do ano que vem, com uma taxa de juros muito menor — ela está realmente declinando —, veremos um estancamento da dívida. Pagaremos uma parte dela.

A arrecadação do segundo bimestre confirma aquilo que eu havia dito na semana passada. Em outra Comissão, eu disse que a previsão para o primeiro quadrimestre era de um excesso de arrecadação de cerca de 1,5 bilhão. Errei por pouco, porque está dando 1,6 bilhão. O que interessa é a arrecadação líquida. Do excesso da arrecadação bruta é preciso tirar aquilo que vai para transferências, a devolução para o contribuinte, etc. O que interessa é aquele líquido que vai para o Executivo, e o volume líquido de arrecadação adicional foi de 1,6 bilhão.

(Não identificado) - No bimestre.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - No quadrimestre. Multiplicado esse valor por 3, chegamos a 4,7 bilhões, 4,8 bilhões. Eu havia mencionado 4,5 bilhões de excesso de arrecadação até o final do ano e que isso não era suficiente para todas as despesas que se tinham apresentado, despesas adicionais, como por exemplo, a despesa com a Previdência. O esqueleto da Previdência causa uma despesa de mais de 1 bilhão de reais, de 1,1 bilhão, 1,2 bilhão este ano. O aumento do salário mínimo proposto pelo Governo, mais o aumento do salário família, 650 milhões, fora outros gastos, como precatórias e os 500 milhões com o funcionalismo. Na semana passada, dei uma lista das principais despesas a serem enfrentadas com esses recursos.

Ou seja, não está sobrando dinheiro, embora tenha saído na imprensa que a arrecadação de março, ou de abril, se não me engano, foi considerada recorde. Essa arrecadação já está prevista na conta que fizemos. Até o dia 23, enviaremos ao Congresso mais um relatório de receita e despesa, consolidando todas essas contas.

O Deputado Machado menciona o art. 112 da LDO, que diz que, para que seja criada uma despesa, se bem entendi, o crédito suplementar conseqüente tem de ser acompanhado de demonstrativo de redução de despesa, aumento de receita e memória de cálculo. Acredito que nossos técnicos estejam cumprindo essa norma à risca. Estão cumprindo.

(Não identificado) - O que pode fazer a diferença, até certo ponto, é que quando se criam despesas de caráter continuado, tem-se de demonstrar a margem de *(ninteligível)*. Estamos fazendo todos os demonstrativos dos créditos suplementares adicionais normais.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Então, todos os créditos suplementares têm demonstrativo. Para despesas de caráter continuado, faz-se um demonstrativo à parte. Eu acredito que esteja sendo cumprido esse artigo. Caso contrário, depois o senhor me aponte alguma despesa que tenha ficado sem o demonstrativo.

O Deputado Pauderney Avelino pergunta a respeito do cálculo deflator implícito no PIB. De fato ele é uma composição.

(Não identificado) - No caso da saúde, ele não afeta a projeção, porque é feito com o anterior.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ele é feito com a seguinte composição: 75% do IPCA e 25% do IGP-DI. Tem de corresponder a uma conta matemática que desemboca nesses 13,37.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Caiu para 12,8.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ou 12,8. De qualquer forma, é um critério matemático que foi explicitado. Não sei se o Deputado pegou os valores de IGP-DI e IPCA adequados. Não sei se pegou nos meses que deveriam ser pegos. De qualquer forma, posso lhe mandar uma memória de cálculo. O critério é esse.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É a média anual.



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - A média anual. Essa conta tem de ser matematicamente precisa. Enviarei a V.Exa. o demonstrativo e estou à sua disposição para esclarecimentos.

O Deputado Pauderney Avelino também diz que a relação entre dívida e PIB, aplicados os juros mencionados, deveria ser menor do que a que está no quadro. Ficarei satisfeito se isso acontecer. De qualquer forma, deve haver algum equívoco quanto aos juros tomados como base, se juro médio ou juro de final de ano. Acredito que aí também haja algum problema. A minha assessoria está à sua disposição para esclarecer o critério de cálculo.

Quanto ao salário mínimo, essa discussão já travamos semana passada, e eu não gostaria de voltar a ela. Mas posso dizer que, mesmo não estando na LDO um aumento de salário mínimo para o próximo ano, haverá o aumento, ainda a ser determinado. Parte desse aumento será determinada por ocasião da proposta orçamentária para 2005. O fato de não estar aqui a previsão não quer dizer que não vá haver aumento. Aliás, existe a possibilidade de que venhamos a definir uma política de salário mínimo de longo prazo. Essa idéia foi apresentada na Comissão de que eu participei na semana passada e corresponde a uma proposta da CUT e de outras centrais sindicais. Seria muito bom se tivéssemos uma política de salário mínimo que estabelecesse uma fórmula a ser aplicada a cada ano. Já teríamos uma perspectiva para os próximos 10 ou 20 anos. É uma discussão que temos de começar. Isso asseguraria o aumento do salário mínimo.

Bem, não ouvi a manifestação do Presidente do PL, então prefiro não me manifestar a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Sr. Ministro.

Vamos para o próximo bloco. O primeiro inscrito é o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Saúdo o novo Presidente da Comissão. O Deputado Paulo Bernardo tem tradição nesta Comissão, é um membro sempre atuante e bem informado. Quero também fazer uma saudação especial ao Ministro, que traz seus esclarecimentos para a Comissão.

Minha intervenção será bastante objetiva, Ministro. Por que, no art. 69 da LDO, define-se que o indexador da dívida é o IGP-M? A meta de inflação é IPCA, o cálculo do juro real é IPCA, não consta nenhuma previsão para o IGP-M na LDO, mas sim para o IGP-DI. Não há nenhum problema em que o indexador seja o IPCA, é um sinal de transparência para a sociedade. Não estou propondo nada de mudar o pagamento, isso não tem a ver com o pagamento de credores, mas com a transparência, porque os juros orçamentários são os juros reais. Se utilizarmos o critério do IPCA, fica mais evidente o montante desses juros reais, e ficamos com apenas um indexador para corrigir a inflação. Gostaria que V.Exa. nos esclarecesse sobre isso.

O segundo ponto é a questão do cálculo do superávit. Tivemos nesta Comissão, quando da discussão do PPA, o debate sobre o superávit anticíclico, ou então sobre a inclusão ou não dos investimentos das estatais no superávit. Ano que vem, não teremos mais acordo com o FMI. Pergunto a V.Sa. por que não avançar nessas questões, já que o Ministério do Planejamento tem uma posição bastante clara sobre esse assunto. Hoje se exige um investimento maior, principalmente das estatais, em função dessa necessidade de crescimento da nossa economia.

O terceiro ponto é a questão do salário mínimo. Sr. Ministro, temos de incluir alguma coisa do salário mínimo na proposta da LDO, o que está sendo cobrado pelo Presidente da CUT. Não dá para tratar sobre salário mínimo só na lei orçamentária, porque devemos tratar na LDO, o que não é feito. Trata-se na lei orçamentária, mas não se cuida da lei orçamentária, apenas se repõe a inflação, e deixa-se para o debate quando será votada a alteração do salário mínimo. O Prof. Cláudio Dedeca fez um bom trabalho sobre esse assunto e afirma que é evidente que temos de reconhecer as restrições que existem em relação ao aumento do salário mínimo para outras despesas públicas, que existem restrições.

Gostaria que V.Exa. desse uma opinião sobre o crescimento do salário mínimo de acordo com o aumento do PIB mais a produtividade do trabalho. Ele não se tornaria inflacionário, seria uma política definida de antemão. Seria importante que o IBGE voltasse a calcular esses indicadores da produtividade do trabalho.



Sr. Ministro, quando se debatem as propostas da LDO, é evidente a ausência de qualquer indicador social. Isso é um viés que não está de acordo com o pensamento do projeto político do atual Governo. Por que não colocar pelo menos expectativa? Como é a expectativa do desemprego, a incorporação de pessoas ao Bolsa Família? Não se coloca nenhum indicador social para que possamos pelo menos ter algum tipo de objetivo a ser alcançado. É evidente que os indicadores econômicos não são rígidos, temos de cumprir determinados objetivos.

Por último, a questão da dívida, que é importante para o debate. Volto a afirmar que o superávit primário ano passado foi de 39 bilhões. Os senhores sabem quanto se pagou de juros com esse superávit? Foram 330 milhões. Com amortizações foram pagos 10 bilhões. Superávit não é feito para pagar juro, superávit é feito para dar solvência à dívida. Por que não pode pagar juro com superávit? Superávit é feito com recurso vinculado, como vai pagar? Há uma política de crescimento da dívida. O Tesouro coloca títulos acima da sua necessidade, é evidente. Formou um colchão de liquidez. Agora, terá de saldar esses 31 bilhões de LFT, não vai rolar. Então, teremos um excesso no mercado, uma liquidez de quase 90 bilhões, que serão rolados no dia-a-dia do Banco Central, pagando 99,90% da SELIC. O Banco Central aguenta isso? Fico preocupado com esses conceitos.

V.Exa. afirma que nosso projeto é de redução da dívida. Como de redução da dívida? Não aparece como indicador mesmo a redução da relação dívida / PIB.

Fico preocupado quando V.Exa. considera esqueleto o crescimento da incorporação dos esqueletos. Os esqueletos, ano passado, representavam 0,01% do PIB. Eles não foram incorporados. Agora, estamos colocando a expectativa de incorporar 0,9%, 0,8% de esqueletos. E nos esqueletos não está colocada a dívida com o INSS. Sr. Ministro, a relação dívida/PIB não cai, praticamente se mantém estável. No fim de 2005, será 57,14%.

A relação dívida/PIB, Sr. Ministro, depende de tantos outros fatores. Por exemplo, ela dará um salto agora, nesses 2 últimos meses, passará de 58%, poderá chegar a 59% por causa da variação do câmbio. Mesmo que tenhamos diminuído grande parte da dívida vinculada ao câmbio, temos ainda os *swaps*, a dívida externa e títulos cambiais. Isso deve chegar a mais de 30%. Essa variação de câmbio que ocorreu nesses últimos meses elevará a relação dívida/PIB.

Expressei opiniões, quero tratar dos temas mais objetivos. Estamos vivendo uma situação complicada em reconhecer isso. O Ministro José Dirceu levantou a proposta de um pacto para enfrentar a turbulência externa. É isso o que está sugerido para nós. Ficamos acompanhando as variações do dólar, mas tudo indica que ele entrou num outro patamar, acompanhando o novo quadro internacional.

Para encerrar, como V.Exa. explica a redução da dívida? O Governo pretende monetizar a dívida? Redução da dívida como objetivo estratégico? Pagará a dívida? Não entendi isso. Se for monetizar a dívida, como foi exposto por V.Exa., poderemos entrar num ciclo inflacionário muito complicado. Essas são minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) – Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Sr. Ministro, caros colegas da Comissão, tenho algumas reflexões técnicas a fazer e, ao mesmo tempo, indagações, levando em consideração que não sou *expert* nessa área econômica.

Inicialmente, faço duas observações.

Na nota técnica conjunta da Consultoria de Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle, foram colocadas duas coisas, Ministro, que considero importante debatermos aqui. A primeira é em relação à estrutura e organização dos orçamentos. A lei orçamentária deste ano trouxe duas inovações na estrutura dos orçamentos: a alteração do conceito de categoria de programação e a segregação dos orçamentos fiscal e da seguridade social em peças separadas.

Relativamente à alteração do conceito de categoria de programação, o Poder Executivo insiste na tese de destinar o subtítulo exclusivamente para especificar a localização física da ação. Essa tese já foi reiteradamente rejeitada pelo Congresso Nacional sob o argumento de que o permissivo legal do detalhamento ou não em subtítulo traz retrocesso ao processo de alocação de recursos federais para suprimir importante elo na cadeia de visibilidade do gasto para a sociedade.



Se prevalecer portanto essa mudança, nós, Parlamentares, nos veremos frente à impossibilidade de detalharmos melhor as ações que serão contempladas nas emendas, resultando na apropriação de recursos em títulos às vezes excessivamente genéricos, que deixam a discricionariedade ao arbítrio do Poder Executivo. Gostaria que V.Exa. esclarecesse esse assunto, que considero de alta relevância.

Em relação à segregação dos orçamentos, tal como está proposto, não serão resolvidas as dificuldades de pronta identificação do resultado da seguridade social. A apuração desse resultado depende, sim, de identificação precisa das receitas vinculadas à seguridade social e das despesas que poderiam ser satisfeitas com tais recursos.

A segregação em peças distintas acarretará a fragmentação dos orçamentos das diferentes unidades orçamentárias e, como consequência, a perda da visão de conjunto, o que é, do nosso ponto de vista e se referindo à Lei de Diretrizes Orçamentárias, extremamente prejudicial ao conjunto do orçamento e da própria lei orçamentária.

Outra indagação é com referência às metas e prioridades da lei orçamentária. Constam como prioridades, no anexo da exposição de motivos, o assentamento de 115 mil famílias, o favorecimento de 8,7 milhões de famílias com o Programa Bolsa Família, o subsídio à habitação, o saneamento urbano e rural, a melhoria da qualidade de atendimento e ampliação do acesso à população aos medicamentos, o combate ao analfabetismo, a manutenção e ampliação de áreas livres de doenças e pragas, a diminuição das restrições externas e implementação de projetos de energia, transporte e infra-estrutura hídrica. Nesse aspecto, Sr. Ministro, gostaria de uma informação. Como podemos prever crescimento real de 4% para 2005; de 4,5% para 2006 e de 5% para 2007, com o superávit em 4,25% para 2005; 4,25% para 2006 e 4,25% para 2007? De onde virão os necessários investimentos para o acréscimo acompanhado da infra-estrutura — portos, estradas —, principalmente no setor de energia?

Não consigo entender. Foi previsto alcançar esse crescimento, mas não vejo na peça orçamentária os investimentos necessários. Até porque, como foi dito aqui, quando existe excesso de arrecadação não há o necessário descontingenciamento no momento, passando-se para o final do ano. Então, temos de aguardar o final deste exercício para saber como será, efetivamente, o comportamento da receita e do contingenciamento; se será ou não cumprido o que foi dito aqui pelo Ministro na audiência passada. Porque até agora não foi.

Em relação a essas metas e prioridades, não vimos nada em relação à geração de emprego. Pelo contrário. Recentemente, foi feito um corte nos recursos oriundos do FAT que simplesmente diminuiu para um terço os gastos com qualificação e requalificação de mão-de-obra dos trabalhadores, o que está trazendo graves problemas para determinados setores que precisam qualificar mão-de-obra, como é o caso da Região Metropolitana de Salvador, Capital da Bahia, Estado que represento, onde temos sediada a indústria automobilística da Ford. Com a ampliação da produção anual de carros, estamos tendo um grave problema em termos de qualificação e requalificação da mão-de-obra local.

Outra pergunta, Sr. Ministro.

Gostaria de saber se V.Exa. considera a taxa de juros real a variável mais importante para o crescimento do País e se não estaria na hora de o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Banco Central elegerem como prioridade o crescimento do PIB, e não apenas perseguirem as metas de inflação, como acontece atualmente com a política do BACEN.

Diante das observações anteriores, contento-me em ter a resposta de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Ministro, Srs. Deputados, Srs. Senadores, vou inicialmente me referir a uma observação feita por V.Exa., Sr. Ministro, na reunião da semana passada na Comissão que tratou do salário mínimo. V.Exa. nos faz crítica por estarmos dizendo que a dívida em relação ao PIB está aumentando. A frase de V.Exa. foi: *“E o senhor tem coragem de dizer que nós estamos aumentando a arrecadação.”*

Claro, com relação à arrecadação. Desculpem-me, não é dívida/PIB, mas arrecadação/PIB.

Tenho em mão o realizado no ano 2003. Tenho os dados da receita não-financeira e o realizado até março de 2004. Em 2003, a relação receita/PIB foi de 23.80%; nos 3 primeiros



meses deste ano foi de 24.49%. Portanto, o aumento é claro e expressivo. É difícil imaginar que a relação arrecadação/PIB caia durante este ano. Provavelmente se manterá ou aumentará durante o ano.

Na LDO de 2004 a previsão da relação receita/PIB era de 23.50% e a previsão para 2005 é 23.88%. É impossível que isso se realize, se já temos a relação 24.49%. É impossível. Portanto, os dados que estão sendo apresentados por V.Exa. são otimistas e pressupõem mudança radical no processo que estamos vivendo. Não me parece que isso seja possível.

A relação arrecadação/PIB é confirmada pelas notícias divulgadas ontem pela Secretaria da Receita Federal e que estão nos jornais de hoje.

Os dados que citei correspondem aos meses de janeiro a março; agora citarei os de abril.

Em abril, a COFINS propiciou arrecadação que representou 21,25% acima da inflação em relação ao mesmo mês de 2003. O mesmo está se dando com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O mesmo se dá com o IPI e com o Imposto de Renda Pessoa Física, em números menores do que 21.25% de crescimento real, mas valores bem expressivos também. Isso fez com que, no período de janeiro a abril de 2004 em relação a janeiro a abril de 2003, tivéssemos aumento de 12,35% da arrecadação da Secretaria da Receita Federal, o que representou aumento real expressivo. Se deflacionado pelo IPCA, teríamos um aumento de 5,57%; se deflacionado pelo IGPDPI, teríamos 6,31% — em torno de 6%. Levando em conta que o aumento de PIB havido nesse período seja de 2,5%, 3 ou 3,5%, temos aumento real de arrecadação bastante expressivo, que mostra, em primeiro lugar, que há, de fato, aumento da relação arrecadação/PIB, como provado pelos números que estão sendo divulgados pelo próprio Governo.

Além disso, Sr. Ministro, significa também que o número que demos na semana passada, e contestado por V.Exa., de que poderíamos ter durante o ano a receita adicional de 7,5 bilhões para atendimento das necessidades diversas do Governo — e mais, daria para atender, com folga, os 2,15 bilhões do aumento do salário mínimo para 275 reais — está agora absolutamente comprovado. V.Exa. disse naquele dia que a receita não seria adicional de 7,5 bilhões, que não existiria essa receita. O que estamos vendo aqui, já pelos dados do quadrimestre, é que esse excesso de arrecadação será superior a 7,5 bilhões, a não ser, evidentemente, que existam outros elementos aos quais não temos acesso. Se o Ministério tiver acesso a esses dados, gostaríamos de conhecê-los. Fala-se, por exemplo, que teria havido subestimação das folhas de pagamento do funcionalismo. Se existem subestimações, seria interessante que o Sr. Ministro nos explicitasse quais são. Caso contrário, qual é o nosso entendimento? Existe um recurso adicional bastante expressivo que cobriria tranquilamente, sem nenhuma dificuldade, os 275 reais do salário mínimo, que necessitam de 2,15 bilhões este ano.

Talvez o Governo tenha a decisão de alocar esse recurso em outras áreas. É uma decisão política do Governo, perfeitamente compreensível, digamos, em relação aos investimentos. Mas será que o Governo, ainda que existam maiores volumes de recursos, terá condições de aplicá-los? O fato concreto é a demonstração da ação do Governo Lula, que nesse período não tem conseguido dar vazão aos recursos existentes. Há dezenas de programas que até hoje não consumiram absolutamente nada. Não será possível, no segundo semestre do ano, de repente se consumir volume muito grande de recursos que exigem licitações, ações do Governo, convênios e uma série de coisas, ainda mais sendo ano eleitoral. Não nos parece que esses recursos serão destinados à melhoria de condições do investimento ou até em programas sociais. O que sobraria? Que conclusão poderíamos tirar sobre o que o Governo pretende fazer de fato com os recursos adicionais, pois não quer alocar para o salário mínimo e não tem para onde alocar? A única conclusão que posso tirar, Sr. Ministro, é de que há decisão de aumentar o superávit fiscal, ainda que não formalizado. O superávit de 4,25% será aumentado para 5%, ou em torno disso, ainda que isso não seja formalizado, porque politicamente para o Governo é muito difícil formalizar superávit superior. Mas concretamente, os recursos serão mantidos esterilizados, em caixa, de maneira que tenhamos superávit acima dos 4,25% estabelecidos. Esta minha compreensão é incorreta?

São estas as simples questões que proponho a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.



Informo que a Ordem do Dia já foi iniciada no plenário. Portanto, podemos, a qualquer momento, ser convocados para votar. Assim, peço aos Parlamentares que, se puderem, abreviem um pouco suas falas.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, faço um apelo aos companheiros no sentido de reduzirem as perguntas ao Sr. Ministro, já que muitas delas estão sendo repetitivas. Logicamente, facilitaria se excluíssem as que já foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A Mesa não pode reduzir unilateralmente o tempo, mas faz apelo no sentido de maior brevidade.

(A reunião foi encerrada por falta de energia elétrica na Câmara dos Deputados.)